



DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS 2018

BALANÇO PATRIMONIAL

EM 31 DE DEZEMBRO

A T I V O

NE	Legislação Societária	
	Valores em milhares de Reais	
	2018	2017
Circulante	29.827	25.819
Caixa e Equivalentes de Caixa..... 7.1	3.689	3.510
Consumidores 7.2	16.263	15.876
Serviços em Curso 7.3	636	630
Tributos a Compensar 7.4	959	413
Depósitos Judiciais e Cauções 7.6	32	65
Ativos Financeiros Setoriais 7.5	4.781	2.504
Investimentos temporários 7.10	94	158
Créditos a Receber 7.7	1.646	907
Estoques 7.8	1.688	1.698
Despesas Antecipadas 7.9	39	58
Não Circulante	72.523	74.847
Investimentos temporários..... 7.10	99	39
Tributos a Compensar 7.4	47	71
Depósitos Judiciais e Cauções 7.6	559	453
Ativos Financeiros da Concessão 7.12	482	184
Outros Créditos..... 7.11	421	541
	1.608	1.288
Intangíveis - em Serviço..... 7.12	70.488	73.192
Intangíveis - em Curso..... 7.12	427	367
	70.915	73.559
TOTAL DO ATIVO	102.350	100.666

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

BALANÇO PATRIMONIAL

EM 31 DE DEZEMBRO

PASSIVO

NE	Legislação Societária	
	Valores em milhares de Reais	
	2018	2017
Circulante	32.715	26.715
Fornecedores 7.13.1	6.049	5.355
Empréstimos e Financiamentos 7.13.6	3.631	3.365
Obrigações Sociais e Trabalhistas 7.13.3	1.329	1.092
Tributos 7.13.2	7.430	6.475
Dividendos Declarados -	23	23
Encargos Setoriais 7.13.4	8.311	8.071
Passivos Financeiros Setoriais..... 7.5	1.197	1.793
Outras Obrigações 7.13.5	620	541
Provisões Passivas	4.125	0
Não Circulante	24.351	31.569
Fornecedores 7.13.6	0	325
Empréstimos e Financiamentos 7.13.6	10.585	13.466
Tributos 7.13.2	12.217	16.160
Provisões Passivas 7.13.7	1.549	1.618
Patrimônio Líquido	45.284	42.382
Capital Realizado Atualizado 7.14.1	10.432	8.392
Reservas de Capital 7.14.2	79	2.073
Ajuste de Avaliação Patrimonial 7.14.3	27.233	29.191
Reservas de Lucros 7.14.4	7.540	2.726
TOTAL DO PASSIVO	102.350	100.666

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

	NE	Legislação Societária	
		Valores em milhares de Reais	
		2018	2017
RECEITA OPERACIONAL	7.16	139.857	135.052
Fornecimento de energia elétrica	7.16.1	126.108	106.835
Subsídios tarifários	7.16.1	4.918	3.396
Receitas de compensação tarifária	7.16.1	4.137	563
Receita construção de infraestrutura concessão	7.16.1	2.555	3.110
Outras receitas	7.17	2.139	21.148
Deduções da Receita Operacional	7.18	60.761	50.453
Taxas regulamentares	7.18.1	15.901	12.554
Icms	7.18.2	32.606	27.364
Cofins/pasep/iss	7.18.2	12.254	10.535
Receita Operacional Líquida		79.096	84.599
CUSTOS OPERACIONAIS		69.759	63.165
Custo com energia elétrica	7.19	45.711	38.905
Energia elétrica comprada para revenda		35.514	30.632
Encargos de transmissão, conexão		6.168	3.849
Encargos e demais despesas setoriais		1.474	1.314
Custo de construção de infraestrutura concessão ..		2.555	3.110
Custos de operação	7.20	24.048	24.260
Pessoal		12.273	13.339
Material		802	734
Serviços de terceiros		1.943	2.480
Depreciação e amortização		1.771	1.979
Provisões		4.550	747
Outras despesas		2.709	4.981
Lucro operacional bruto		9.337	21.434
Receita financeira	7.21	1.909	1.853
Despesa financeira	7.21	(3.263)	(7.177)
Resultando financeiro		(1.354)	(5.324)
Resultado operacional		7.983	16.110
LUCRO ANTES IMPOSTOS		7.983	16.110
Contribuição social	7.15	(2.183)	(3.070)
Imposto de renda	7.15	(829)	(1.167)
LUCRO LÍQUIDO EXERCÍCIO		4.971	11.873
Lucro p/Ação do Capital Social (R\$)		3,11	7,79

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31.12.18 e 31.12.17

Legislação Societária
Valores em milhares de Reais

	CAPITAL REALIZADO ATUALIZADO	RESERVA DE CAPITAL	AJUSTE AVALIAÇÃO PATRIMONI AL	RESERVA DE LUCROS	LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS EM 31.12.16 (R\$)	8.300	143	30.102	0	(9.042)	29.503
Aumento Capital Social	92	(92)	-	-	-	0
Ajustes de reservas	-	2.022	(911)	-	(2.831)	1.006
Lucro do exercício	-	-	-	-	11.873	11.873
Destinações propostas a AGO:						
Reserva Legal				594	(594)	
Reserva Especial de Dividendos a Distribuir				533	(533)	
Reserva de Lucros				1.599	(1.599)	
SALDOS EM 31.12.17 (R\$)	8.392	2.073	29.191	2.726	000	42.382
Aumento Capital Social	2.040	(2.040)	-	-	-	0
Ajustes de reservas	-	46	(1.958)	4.814	(157)	(2.069)
Lucro do exercício	-	-	-	-	4.971	4.971
Destinações propostas a AGO:						
Reserva Legal				248	(248)	
Reserva Especial de Dividendos a Distribuir				1.152	(1.152)	
Reserva de Lucros				3.414	(3.414)	
SALDOS EM 31.12.18 (R\$)	10.432	79	27.233	7.540	000	45.284

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

	Legislação Societária	
	Valores em milhares de Reais	
	2018	2017
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO:		
Receitas de venda de energia elétrica	137.302	131.942
Receita de construção de infraestrutura	2.555	3.110
Provisão p/crédito liquidação duvidosa	(274)	(630)
	139.583	134.422
(-) INSUMOS		
Custo da energia comprada	43.157	35.795
Custo de construção de infraestrutura	2.555	3.110
Materiais	802	734
Serviço de terceiros	1.943	2.480
Encargos setoriais	15.901	12.554
Outros encargos	6.845	4.744
	71.203	59.417
VALOR ADICIONADO BRUTO	68.380	75.005
Depreciação e amortização	1.771	1.979
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO	66.609	73.026
Receitas financeiras	1.909	1.853
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	68.518	74.879
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO:		
Empregados e Administração:		
Remuneração do trabalho	6.227	6.574
Encargos sociais (exceto Inss)	491	540
Benefícios	2.329	2.603
Provisões	1.510	1.691
Indenizações trabalhistas	480	675
Custos imobilizados	(605)	(679)
	10.432	11.404
Governos:		
Icms	32.606	27.364
Pis/Cofins	12.254	10.535
Inss	1.841	2.135
Imposto renda e contribuição social	3.012	4.237
Outros	85	96
	49.798	44.367
Financiadores:		
Despesas financeiras	3.263	7.177
Aluguéis	54	58
	3.317	7.235
Acionistas:		
Remuneração do capital próprio	0	0
Lucros retidos/prejuízos	4.971	11.873
	4.971	11.873
VALOR DISTRIBUIDO	68.518	74.879

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

	Legislação Societária	
	Valores em milhares de Reais	
	2018	2017
Atividades Operacionais:		
Lucro líquido do exercício	8.706	11.873
Despesas/receitas que não afetam o caixa:		
Depreciação/amortização	1.771	1.979
Baixas ativo intangível	281	2.327
Provisão p/créditos liquidação duvidosa	815	747
	2.867	5.053
Geração bruta de caixa	11.573	16.926
Consumidores	(387)	1.769
Impostos a compensar	(434)	(129)
Estoque	10	(125)
Despesas antecipadas	19	(83)
Serviços em curso	(6)	19
Ativos financeiros setoriais	(2.277)	9
Ativo não circulante	(23)	(463)
Créditos a receber e outros	(642)	(4086)
	(3.740)	(6.194)
Fornecedores	693	(1.847)
Folha de pagamento	237	(30)
Tributos	(3.099)	1.131
Encargos setoriais	240	(2.509)
Passivos financeiros setoriais	(596)	(157)
Demais passivos	78	98
	(2.447)	(3.314)
Geração operacional de caixa	5.386	16.701
Atividades de investimentos e financiamentos		
Investimentos no ativo permanente	(1.326)	(4.668)
Contribuição e doação do consumidor	(108)	3.013
Empréstimos e financiamentos	(3.773)	(15.098)
Dividendos e juros s/capital próprio	0	0
	(5.207)	(16.753)
Geração líquida de caixa	179	(52)
Saldo das disponibilidades		
No início do período	3.510	3.562
No fim do período	3.689	3.510
Aumento (redução) nas disponibilidades	179	(52)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 e 2017

1. Contexto operacional

A Centrais Elétricas de Carazinho S.A. – ELETROCAR, sociedade de economia mista de capital fechado, controlada pelo município de Carazinho no estado do Rio Grande do Sul. É uma concessionária de energia elétrica tendo como finalidade projetar, construir e explorar sistemas de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados, podendo também participar de consórcios com empresas privadas com objetivo de desenvolver atividades na área de geração de energia.

Atualmente a empresa desenvolve as atividades de distribuição de energia elétrica, sendo atendidos sete municípios da área de concessão, com 37.422 consumidores. A sua sede administrativa está localizada na cidade de Carazinho, na região norte do estado do Rio Grande do Sul.

A maior parte da receita é oriunda do fornecimento de energia elétrica e de suas atividades inerentes e acessórias.

Tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, conforme contrato de concessão de Distribuição de Energia Elétrica que tem por objetivo a exploração do Serviço Público de Energia Elétrica.

Atualmente a Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica.

2. Concessão:

Contratos de Concessão assinados com o órgão do poder concedente ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica:

Data Assinatura	Contrato nº	Aditivo	Data	Tipo Concessão	Vencimento
18/10/2000	084/2000	4º	09/12/15	Distribuição	07/07/2045

Através do Decreto 8.461 de 02/06/15 foi regulamentada a renovação das concessões cujos contratos de distribuição venceram 07/07/15. Através do Despacho do MME de 09/11/15 foi autorizado a Eletrocar proceder a renovação da concessão. Assim sendo em 09/12/15 foi assinado o quarto termo aditivo ao contrato de distribuição nº 084/2000 junto a Aneel – Agência Nacional de Energia Elétrica, órgão regulador, cuja renovação tem prazo de trinta anos, vencendo em 07/07/2045.

A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária. Não poderá ocorrer transferência de controle acionário majoritário da concessionária sem anuência prévia do poder concedente.

O novo aditivo ao contrato traz cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço ao final da concessão, bem como metas a serem cumpridas para a continuidade da concessão.

3. Reajuste tarifário anual e revisão periódica

No reajuste anual, que ocorre entre as revisões tarifárias, as empresas distribuidoras de energia elaboram seus pleitos, com base em fórmulas definidas nos contratos de concessão, onde consideram-se custos não gerenciáveis (parcela A), as variações incorridas no período entre reajustes e, os custos gerenciáveis (parcela B), a variação do IGP-M, ajustados pelo Fator X.

A revisão tarifária periódica ocorre a cada cinco anos e tem por objetivo restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. A próxima data-base de revisão tarifária é julho de 2022. Neste processo, a Aneel procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão.

4. Apresentação

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis previstos na legislação societária, Lei das Sociedades por Ações e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos

Contábeis - CPC e em particular os padronizados pelo “Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica- MCSE” e resoluções da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel.

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014. As demonstrações contábeis regulatórias são separadas das demonstrações contábeis societárias. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as instruções contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação diferentes em certos aspectos. No entanto, a base para apuração fiscal corrente e dos dividendos é o lucro apurado com base nas práticas contábeis societárias e divulgado nas demonstrações financeiras societárias.

As demonstrações contábeis regulatórias e societárias auditadas estarão disponíveis no site www.eletoacar.com.br a partir de 30 de abril de 2019.

De acordo com a Instrução Contábil 6.3.23 do Manual de Contabilidade, às Obrigações Especiais vinculadas a Concessão estão sendo apresentadas como redutora do ativo imobilizado.

A Concessionária adotou as normas, pronunciamentos, interpretações e orientações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. As políticas, práticas e critérios contábeis foram consistentemente adotados na elaboração dessas demonstrações contábeis em todos os períodos apresentados. Os efeitos da adoção das IFRS estão apresentados em notas explicativas.

Algumas informações adicionais estão sendo apresentadas em notas explicativas e quadros suplementares em atendimento às instruções contidas nos Despachos emitidos pela Superintendência de Fiscalização Econômico-Financeira da Aneel.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis.

A moeda funcional da empresa é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

Contratos de Concessão (ICPC 01 e OCPC 05)

Essa interpretação prevê que a infraestrutura da concessão não pode ser reconhecida como ativo Imobilizado, uma vez que se considera que o concessionário não controla os ativos subjacentes, passando a ser reconhecida de acordo de acordo com os modelos contábeis previstos na interpretação, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do concessionário assumido junto ao concedente, conforme contrato estabelecido entre as partes, que são os modelos de Ativo Financeiro, do Ativo Intangível e modelo Bifurcado.

Na geração e na distribuição de energia elétrica aplica-se o modelo “bifurcado” em virtude das empresas do segmento serem remuneradas: pelo poder concedente, no tocante ao valor residual da infraestrutura ao final do contrato de concessão; e pelos usuários, pela parte que lhes cabe dos serviços de construção e pela prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica.

5. Práticas Contábeis Específicas do Setor

5.1 – Plano de Contas - A Companhia adota o plano de contas contido no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica (MCSE), o qual é instituído por Resolução da ANEEL.

5.2 – Ativos e passivos regulatórios – A CVA - Compensação de Variação dos Itens da Parcela – A, ativos e passivos regulatórios, são despesas dos encargos setoriais pagas antecipadamente ou receitas não inclusas na tarifa. São apropriados ao resultado a medida em que, a receita ou despesa correspondente for faturada.

Trata-se de valores realizáveis ou exigíveis em decorrência do contrato de concessão, que tem como objetivo, dentre outros, assegurar o equilíbrio econômico financeiro da concessão e apresentar a realização dos componentes tarifários e da efetiva remuneração com obediência ao Pressuposto Básico da Competência, no processo de confrontação das despesas com as receitas entre os períodos contábeis.

5.3 – Ativo imobilizado e depreciação – Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação, e estão deduzidos da depreciação acumulada.

Bens e instalações são cadastrados e controlados pela concessionária e permissionária em sistemas auxiliares, por meio de Unidade de Cadastro - UC e Unidade de Adição e Retirada - UAR, por Ordem de Imobilização - ODI, conta contábil, data de sua transferência (capitalização) para o Imobilizado em Serviço.

A Depreciação é calculada pelo método linear, em contrapartida ao resultado do exercício, tomando-se por base os bens registrados nas UC - Unidades de Cadastro, conforme resolução Aneel 674/15 da Aneel. As taxas anuais estão estabelecidas em tabela anexa a esta resolução.

Os ganhos e perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas operacionais.

Em função do disposto na IG 36 do Plano de Contas, os juros e encargos financeiros relativos a financiamentos, quando efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão registrados como custo neste subgrupo.

5.4 - Obrigações especiais vinculadas à concessão - são registradas pelos valores recebidos de consumidores e órgãos públicos para a realização de obras necessárias ao atendimento de fornecimento e estão vinculadas ao imobilizado. O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo Órgão Regulador, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão.

As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura, usando-se uma taxa média, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica.

6. Práticas Contábeis Gerais

6.1 - Caixa e Equivalentes de Caixa - Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com vencimentos originais de 90 dias. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

6.2 - Consumidores, Contas a receber de clientes e outros - estão apresentadas líquidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD reconhecida em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber de consumidores e títulos a receber cuja recuperação é considerada improvável.

6.3 - Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa - é constituída com base nos valores a receber de consumidores: residenciais vencidos a mais de 90 dias; comerciais vencidos há mais de 180 dias; industriais, rurais poderes públicos e demais vencidos a mais de 360 dias, de acordo com o que prevê o Manual de Contabilidade do serviço Público de Energia elétrica. As provisões atendem as expectativas da Administração, considerando suficientes para cobrir as perdas prováveis na realização das contas a receber.

6.4 - Estoques - estão registrados ao custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização.

6.5 - Cauções e Depósitos Vinculados - referem-se a garantias prestadas, para atendimento as exigências legais, vinculados a processos judiciais.

6.6 - Receitas de fornecimento de energia elétrica - são reconhecidas pelo faturamento mensal de acordo com o calendário de leitura. A receita não faturada, correspondente ao período não lido, é estimada e reconhecida como receita do mês em que a energia foi consumida.

6.7 - Fornecimento de energia elétrica não faturado - até 31/12/18 foi contabilizado com base no regime de competência considerando o número de dias decorridos desde a última leitura até o último dia do mês, com base no consumo da última fatura e estão demonstrados na conta Consumidores.

6.8 - Receita e Custo de Construção - O ICPC 01 estabelece que a concessionária de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos 17 - Contratos de Construção (serviços de construção e melhoria) e CPC 30 - Receitas (serviços de operação/fornecimento de energia elétrica, mesmo quando regidos por um único contrato de concessão).

A Concessionária contabiliza Receitas e Custos relativos a serviço de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica.

A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a "zero", considerando que:

- A atividade-fim da Concessionária é a distribuição de energia elétrica;
- Toda a receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura sua atividade-fim.

Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas no Ativo Intangível em curso é transferida para o resultado, como receita e custo de construção.

6.9 - Programas de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Eficiência Energética - PEE - São programas de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética, para os quais as concessionárias de energia elétrica estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida, conforme Lei nº 9.991/00 e regulamentação nas Resoluções Aneel nº 300/08 e 316/08.

6.10 - A provisão sobre as férias vencidas e/ou proporcionais; 13º Salário e 1/3 sobre Férias - estão apresentados na conta "Obrigações Estimadas" no Passivo Circulante.

6.11 - Ativo Financeiro – Indenizável (concessão) – refere-se à parcela não amortizada até o final da concessão, dos investimentos realizados em infraestrutura e em bens essenciais para a prestação do serviço público que estejam vinculados ao contrato de concessão. Esses investimentos não amortizados serão revertidos ao poder concedente ao término do prazo de concessão mediante o pagamento de indenização. Ao longo do contrato de concessão o ativo indenizável é remunerado pelo custo médio ponderado de capital (WACC) regulatório, utilizado no cálculo dos componentes da tarifa de distribuição de energia elétrica da companhia. Este registro decorre da aplicação da Interpretação Técnica ICPC-01 e da orientação OCPC 05 emitidas pelo CPC para os contratos de concessão.

6.12 - Ativos Intangíveis – Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica e consequentemente direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado ao longo da concessão. Estão em consonância com o CPC 04 (Ativos Intangíveis), ICPC 01 (contratos de Concessão) e OCPC 05 (contratos de Concessão). Os contratos de concessão têm vida útil finita e o ativo deverá ser completamente amortizado ao término da concessão. São avaliados ao custo de aquisição, incluindo capitalização de custos de empréstimos e remuneração das imobilizações em curso, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

6.13 - Provisão para o Imposto de Renda e Contribuição Social - é calculada conforme legislação vigente, sobre lucro real anual, e reconhecido o diferimento em função de diferenças intertemporais.

6.14 - Despesas pagas antecipadamente - são compostas por valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridas.

6.15 - Aplicações Financeiras - estão demonstradas ao custo da aplicação, acrescidos dos rendimentos correspondentes até a data do balanço.

6.16 - Pis/Cofins – A tributação nas receitas, é pela não cumulatividade, estando sujeitas as alíquotas de 1,65% para o Pis e 7,60% para a Cofins.

6.17 - Ajuste de Avaliação Patrimonial - A Lei 11.638/07 determinou que periodicamente as empresas devem reavaliar seus Ativos e Passivos e proceder ajustes que devem ser lançados na conta Ajuste de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido. Consoante ao que determina a NBC TG 01 (R4), que trata da redução de ativos ao seu valor recuperável, apesar de não ter sido elaborado trabalho técnico específico.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não houve indicativo de deterioração e em função disso a Companhia não efetuou análise para seus ativos.

6.18 - Empréstimos e financiamentos - As obrigações desta natureza estão em moeda nacional, atualizadas pela variação monetária e pelas taxas efetivas de juros, incorridas até a data dos balanços, de acordo com os termos dos contratos financeiros, deduzidas dos custos de transação incorridos na captação dos recursos.

6.19 - Fornecedores - As contas a pagar aos fornecedores e prestadores de serviços são obrigações referentes a bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. Contempla, principalmente, os saldos a pagar relativos a aquisição de energia elétrica e de encargos de uso da rede elétrica.

6.20 - Encargos setoriais - São obrigações a recolher, derivadas dos encargos do consumidor de energia elétrica, estabelecidos em lei federal e normatizados pela Agencia Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

6.21 - Dividendos - A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25 e ICPC 08, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído à título de dividendos.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as compensações de prejuízos acumulados e as devidas destinações legais, a Companhia registra provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, no passivo circulante, e os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como dividendo adicional proposto, no patrimônio líquido.

6.22 - Provisões - A Companhia registrou provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para contingências fiscais, trabalhistas e cíveis que como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.

A Companhia também está sujeita a várias reivindicações, legais, cíveis e processos trabalhistas cobrindo uma ampla faixa de assuntos que advém do curso normal das atividades de negócios. O julgamento da Companhia é baseado na opinião de seus consultores legais.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

6.23 - Demais direitos e obrigações - Outros ativos e passivos, circulantes e não circulantes sujeitos à variação monetária por força de legislação ou cláusulas contratuais e estão corrigidos com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores atualizados até a data das demonstrações contábeis. Os demais estão apresentados pelos valores incorridos na data de formação, sendo os ativos reduzidos de provisão para perdas e/ou ajuste a valor presente, quando aplicável.

6.24 - Questões ambientais - A Companhia capitaliza gastos referentes a demandas ambientais exigidos pelos órgãos públicos competentes, para concessão das respectivas licenças que permitirão a execução dos projetos. As demandas correspondem a compensações que devem ser realizadas para executar o projeto, visando reparar, atenuar ou evitar danos ao meio ambiente onde será realizado o empreendimento.

6.25 - Transações entre partes relacionadas - As transações de compra e venda de energia, de prestação de serviços e de mutuo são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados. As mesmas são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

6.26 - Demonstrações do valor adicionado - A Empresa incluiu na divulgação das suas demonstrações financeiras a Demonstração do Valor Adicionado - DVA, que tem o objetivo de demonstrar o valor da riqueza gerada e a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

6.27 - Apuração do resultado - As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

7. Notas Explicativas

7.1 – Caixa e Equivalentes de Caixa

O Caixa e Equivalentes de Caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa.

Disponíveis	2018	2017
Caixa e depósitos bancários a vista	511	450
Aplicações Financeiras de liquidez imediata	2.954	2.848
Numerário em Trânsito	224	212
Total	3.689	3.510

7.1.1 - As Aplicações Financeiras são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, não estando sujeitos a risco significativo de mudança de valor.

7.1.2 - Numerário em trânsito referem-se valores da arrecadação em processo de classificação em função do float bancário.

7.2 – Consumidores – Contas a Receber

Consumidores	Créditos a Receber			Total	
	Vincendos	Vencidas até 90 dias	Vencidas + 90 dias	2018	2017
Residencial	3.142	1.374	814	5.330	5.121
Industrial	1.687	212	219	2.118	1.805
Comércio e serviços	2.689	381	1.966	5.036	4.817
Rural	906	140	42	1.088	1.011
Poder público	103	34	0	137	144
Iluminação pública	29	0	0	29	314
Serviço público	276	0	0	276	249
Serviço taxado e outros	1.131	96	150	1.377	1.096
(-) Arrecadação proc. classific	(65)	0	0	(65)	(25)
Enc. capacidade emergencial	0	0	7	7	7
Renegociação/parcelamento	307	21	198	526	739

Não faturado	2.941	0	0	2.941	2.817
Participação financeira cons.	29	1	47	77	146
Subtotal	13.175	2.259	3.443	18.877	18.241
(-) Crédito líq. duvidosa	0	0	(2.614)	(2.614)	(2.365)
Total Consumidores	13.175	2.259	829	16.263	15.876

• Após o vencimento, há a incidência de juros de 0,033% ao dia e multa de 2% sobre o valor das faturas dos consumidores em atraso.

7.2.1 – Parcelamentos

Parcelamento de débitos de consumidores referem-se à negociação de créditos vencidos junto a consumidores. Com base na melhor estimativa da Administração, para os montantes sem garantia ou sem expectativa de recebimento, foram constituídas provisões para créditos de liquidação duvidosa.

7.2.2 - Receita não faturada

correspondente ao período não lido do fornecimento de energia elétrica é estimada e reconhecida como receita do mês em que a energia foi consumida

7.2.3 – Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa foi constituída com base nos valores a receber de consumidores: residenciais vencidos a mais de 90 dias; comerciais vencidos há mais de 180 dias; industriais, rurais poderes públicos e demais vencidos a mais de 360 dias, de acordo com o que prevê o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica. As provisões atendem as expectativas da Administração, consideradas suficientes para cobrir as perdas prováveis na realização das contas a receber.

Composição	2018	2017
Residencial	815	695
Industrial	166	180
Comercial	1.312	1.275
Rural	35	36
Outros	286	179
Total	2.614	2.365

7.3 – Serviços em Curso

Referem-se aos custos dos programas de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D e Eficiência Energética - PEE em andamento, apurados através de Ordem de Serviço - ODS, sendo:

Composição	2018	2017
Pesquisa e desenvolvimento	92	92
Eficiência energética	517	517
Outros	27	21
Total	636	630

7.4 – Tributos a Compensar

A empresa, por força de determinações legais teve e/ou procedeu retenções/antecipações para posterior compensação de tributos e contribuições sociais.

Impostos	Circulante		Não Circulante	
	2018	2017	2018	2017
Icms – compras do ativo imobilizado	373	136	47	71
Inss/Outras retenções	133	0	0	0
Imposto de Renda/Contr. Social	452	277	0	0
Total	958	413	47	71

• Refere-se aos créditos de ICMS originados das aquisições dos equipamentos e materiais para o ativo intangível e imobilizado, realizáveis nos próximos 48 meses mediante as compensações mensais com o imposto incidente sobre a venda de energia elétrica aos consumidores.

- Imposto de renda retido na fonte e contribuições, originado basicamente de retenções realizadas sobre rendimentos de aplicações financeiras e do fornecimento de energia elétrica aos órgãos públicos, serão compensados com as antecipações mensais de IRPJ e Contribuição Social, e o excedente, não utilizado dentro do próprio exercício, será incorporado ao saldo negativo de IRPJ do ano calendário.
- O saldo de Imposto de renda e contribuição social, refere-se a valores pagos na modalidade estimativa a maior, a serem compensados com os impostos devidos.

7.5 – Ativos e Passivos Financeiros Setoriais

A conta de compensação dos valores da parcela A – CVA é o mecanismo destinado a registrar as variações de custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais e/ou revisões periódicas, de modo a permitir maior neutralidade no repasse dessas variações para as tarifas.

A Companhia contabilizou as variações destes custos como ativo e passivo financeiro setorial, conforme demonstrado a seguir:

Composição	CVA Ativa		CVA Passiva	
	2018	2017	2018	2017
Custo de aquisição de energia	2.809	1.835	0	202
Proinfra	62	0	0	46
Transporte energia rede básica	392	313	0	0
Conta de desenvolvimento energético - CDE	1.471	134	106	1.111
Neutralidade da parcela A	47	222	24	5
Outros	0	0	1.067	429
Total	4.781	2.504	1.197	1.793

Ativos e Passivos regulatórios	Circulante		Não Circulante	
	2018	2017	2018	2017
Ativos				
Ativos regulatórios – em recuperação	2.559	701	0	0
Ativos regulatórios – em formação	2.222	1.803	0	0
Total do Ativo	4.781	2.504	0	0
Passivos				
Passivos regulatórios – em recuperação	847	1.397	0	0
Passivos regulatórios – em formação	350	396	0	0
Total do Passivo	1.197	1.793	0	0
Líquido	3.584	711	0	0

• Os referidos custos integram a base dos reajustes tarifários e são apropriados ao resultado, à medida que a receita correspondente é faturada aos consumidores conforme determinado na legislação e disposições da Aneel. O saldo dessa conta é atualizado com base na taxa de juros da Selic.

• A partir de 2014 com base no OCPC 08 o reconhecimento de determinados Ativos ou Passivos nos relatórios contábil-financeiro de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica, o qual visou eliminar possíveis incertezas quanto às diferenças temporais oriundas da CVA e de outros componentes financeiros, os ativos e passivos regulatórios passaram a ser reconhecidos como direitos e obrigações de maneira prospectiva.

- Em recuperação: representado pelos custos não gerenciáveis capturados em períodos tarifários anteriores e repassados à tarifa de energia elétrica para o período de 2017/2018.

- Em formação: É composto pelos custos não gerenciáveis da parcela A apurados no período de 29 de junho de 2018 a 31 de dezembro 2018 os quais deverão integrar o próximo reajuste das tarifas em 2019.

7.6 – Depósitos Judiciais e Cauções

Estão classificados neste grupo os depósitos judiciais recursais à disposição do juízo para permitir a interposição de recurso, nos termos da lei.

Depósitos	Circulante		Não Circulante	
	2018	2017	2018	2017
Ações cíveis	32	65	0	0
Ações trabalhistas	0	0	559	453
Total	32	65	559	453

7.7 – Créditos a receber

Composição	2018	2017
Parcelamentos de contas de energia	172	149
Empregados	66	102
Rendas a receber	35	67
Subsídios tarifários	1.186	419
Adiantamento a fornecedores	138	124
Serviços a receber	161	137
Outros	68	74
Soma	1.826	1.072
(-) Crédito liquidação duvidosa	(181)	(165)
Total	1.645	907

7.7.1 - Subsídios tarifários

Referem-se aos descontos na tarifa e custos de energia, valor a ser repassado pela Eletrobrás/Ccee a título de ressarcimento aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, conforme Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, redação dada pela Medida Provisória nº 605, de 23 de janeiro de 2013, e Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013.

7.8 – Estoque

Os materiais em estoque estão registrados ao custo médio de aquisição e destinam-se para manutenção, recuperação e construção do sistema elétrico e consumo interno.

Composição do Estoque	2018	2017
Manutenção do sistema	112	114
Construção	1.275	1.290
Consumo interno	177	246
Outros	124	48
Total	1.688	1.698

7.9 – Despesas Antecipadas

Despesas	Circulante	
	2018	2017
Prêmios de seguros	13	30
Impostos	23	25
Outras	3	3
Total	39	58

7.10 – Investimentos temporários

O valor aplicado refere-se a títulos de Capitalização, com depósitos mensais em 60 meses. O capital é atualizado pela taxa de remuneração básica, aplicada a Caderneta de Poupança.

Banco	Prazo resgate	Circulante		Não Circulante	
		2018	2017	2018	2017
Brasil – Ouro Cap	25/04/20	0	0	98	39
Banrisul – Cap Mais	31/05/18	0	100	0	0
Banrisul – Cap Super	31/01/19	94	58	0	0
Banrisul – Cap Conquista	30/09/23	0	0	1	0
Total		94	158	99	39

7.11 – Créditos a Receber Longo Prazo

Composição do Estoque	2018	2017
Créditos a receber	1.028	944
Fornecedores - Contratuais	380	354
Convênios de arrecadação	206	206
Outros Ativos	8	7
Subtotal	1.622	1.511
(-) Crédito liquidação duvidosa	(1.200)	(970)
Total	422	541

7.12 – Ativo Intangível e Financeiro

7.12.1 - Pela formação/Natureza

Formação	Em milhares de Reais			
	Intangível	Ativo Financeiro	Avaliação	Total
Intangíveis	0	2.664	38	2.702
Terrenos	0	17	1.446	1.463
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.416	3	2.219	3.638
Máquinas e equipamentos	44.582	3.378	25.829	73.789
Veículos	334	0	190	524
Móveis e utensílios	49	0	53	102
Em curso	427	0	0	427
(-) Obrigações especiais	(3.126)	(5.580)	(2.542)	(11.248)
Total	43.682	482	27.233	71.397

• A agência reguladora, Aneel, é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor de indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo de concessão. O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo de vencimento da concessão está alocado como concessão do serviço público (Ativo Financeiro).

• Em conformidade com a Interpretação Técnica ICPC 01, foi registrado no Ativo Intangível, a parcela da infraestrutura que será utilizada durante a concessão, composta pelos ativos da distribuição de energia elétrica, líquidos das participações de consumidores (obrigações especiais).

7.12.2 – Investimentos realizados

Tipo de unidade de cadastro	Código UC	2018		2017	
		Quantidade	R\$	Quantidade	R\$
Postes	255	608	859	904	1.142
Condutores	190	31.781	360	40.079	508
Regulador de tensão	340	11	200	14	198
Medidores	295	2.083	294	3.819	567
Transformador de distribuição	565	146	509	165	522
Transformadores de medida	575	8	11	6	6
Equipamento geral e informática	230/235	35	60	58	225
Veículos	615	0	0	0	0
Sistema de aterramento	395	617	7	790	8
Chave Seccionadora	160	33	23	40	16
Banco de Capacitores	125	2	13	2	6
Religadores	345	0	0	0	0
Painel de medição	305	2	18	0	0
Urbanização e Benfeitorias	610	0	41	0	0
	-	-	2.395	-	3.198
Subestações/ Intangíveis	-	-	0	-	621
Total Investimentos	-	-	2.395	-	3.819

7.12.3 - Obrigações Especiais Vinculadas a Concessão

Obrigações Especiais	18	2017
Contribuição do consumidor		9.742
Universalização serv. público energia elétrica		216
Subvenções para investimentos		1.564
Outras		2.899
(-) Depreciação		(3.173)
Total		11.248

• Refere-se a contribuição do Consumidor, subvenções para investimentos e incentivos fiscais recebidos para possibilitar a execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica, e estão

vinculados ao ativo imobilizado e a concessão. Estão apresentadas como redução do Ativo Imobilizado, de acordo com o item 6.3.23 do MCSE.

• A partir de julho de 2008, a empresa passou a registrar as quotas de reintegração dos valores dos bens constituídos com recursos das Obrigações Especiais, independentemente da data da sua formação, tendo seus efeitos anulados no resultado contábil, conforme Despacho 3073/2006.

7.12.4 - Avaliação Patrimonial

Avaliação Patrimonial	2018			2017		
	VNR	DEPRECIÇÃO	VMU	VNR	DEPRECIÇÃO	VMU
Intangíveis	162	(124)	38	162	50	212
Terrenos	1.446	0	1.446	1.446	0	1.446
Reservatórios	0	0	0	0	0	0
Edificações	3.989	(1.770)	2.219	3.989	(1.764)	2.225
Maquinas e equipamentos	44.482	(18.653)	25.829	45.235	(18.524)	26.714
Veículos	2.385	(2.195)	190	2.719	(1.519)	1.200
Móveis e utensílios	65	(11)	54	65	(10)	55
Totais	52.529	(22.753)	29.776	53.616	(21.767)	31.849

• A Companhia registrou complemento de seu ativo imobilizado, conforme, decorrente da aplicação da mensuração pelo Valor Novo de Reposição – VNR em contrapartida ao Patrimônio Líquido.

7.12.5 – Cálculo da Depreciação

A Depreciação é calculada pelo método linear, em contrapartida ao resultado do exercício, tomando-se por base os bens registrados nas UC - Unidades de Cadastro, conforme resolução Aneel 674/15 da Aneel. As taxas anuais estão estabelecidas em tabela anexa a esta resolução.

As taxas estabelecidas pela Aneel são utilizadas nos processos de revisão tarifária, cálculo de indenização ao final da concessão e são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão. Desta forma, estas taxas foram utilizadas como base para a avaliação e amortização do ativo intangível.

7.12.6 - Dos Bens Vinculados a Concessão

De acordo com os Arts. 63 e 64 do Decreto no. 41.019 de 26/02/57, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão e distribuição de energia elétrica, são vinculados a esses serviços, não podendo os mesmos, serem retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do órgão do poder concedente.

A desvinculação dos bens é regulamentada pela Resolução 020/99 da Aneel, que concede autorização prévia para desvincular bens inservíveis a concessão, quando destinados a alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

Para efeitos de apresentação das Demonstrações Contábeis, os bens vinculados estão sendo apresentados como Ativo Imobilizado, conforme orientação no despacho Aneel 4.097 de 30/12/10, que não recepcionou a aplicação do ICPC 01.

7.13 – Passivo Circulante e Não Circulante

7.13.1 - Fornecedores

Fornecedores	2018			2017		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Suprimento de energia elétrica	4.543	0	4.543	4.136	0	4.136
Encargos de uso da rede	813	0	813	508	325	833
Materiais, serviços e outros	693	0	693	711	0	711
Total	6.049	0	6.049	5.355	325	5.680

7.13.2 Tributos

Tributos	2018			2017		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Icms - faturamento	1.159	0	1.159	867	0	867
Icms - parcelamento	4.499	11.898	16.397	4.298	15.667	19.965
Inss	197	0	197	238	0	238
Imposto de renda e contribuição social	844	0	844	141	0	141
Fgts	60	0	60	71	0	71
Cofins/Pis/pasep	453	0	453	650	0	650
Pis/pasep – parcelamento	56	177	233	54	223	277
Cofins – parcelamento	142	142	284	135	270	405
Outros	21	0	21	21	0	21
Total	7.431	12.217	19.648	6.475	16.160	22.635

- Icms Parcelamento - referem-se a débitos de icms sobre o faturamento de consumo de energia elétrica:

Em abril de 2017, a Companhia aderiu ao novo programa de parcelamento do ICMS – “REFAZ 2017”, instituído pelo Decreto 53417/17 do governo estadual, referente a débitos já parcelados e débitos em atraso. O Programa prevê parcelamentos em até 60 ou 120 meses, dependendo da idade do débito, deduzindo-se as parcelas pagas em parcelamentos anteriores.

- Pis/Cofins parcelados - Débitos de compensações de créditos não aceitos pela Receita Federal, parcelados em 120 meses, com juros de 1% e correção pela Selic.
- Demais tributos referem-se ao valor provisionado ou retido no mês, para recolhimento no mês seguinte, conforme o respectivo vencimento.

7.13.2.1 – Tributos Parcelados:

Tributo	Taxas	Prazo meses	Datas		31/12/18			31/12/17		
	%		Início	Final	Circ	N.Circ	Total	Circ	N.Circ	Total
Icms	1%am	120m	31/08/13	31/01/22	3.495	7.803	11.298	3.337	10.786	14.123
Icms	1%am	120m	31/08/15	30/06/23	759	2.706	3.465	727	3.318	4.045
Icms	1%am	060m	31/10/16	31/08/25	245	1.389	1.634	234	1.563	1.797
Pis	1%am+Selic	120m	25/08/14	31/08/25	25	146	171	25	164	189
Pis	1%am+Selic	060m	22/01/16	31/01/20	31	31	62	28	59	87
Cofins	1%am+Selic	060m	22/01/16	31/01/20	142	142	284	135	270	405
Soma					4.697	12.217	16.914	4.486	16.160	20.646

7.13.3 - Obrigações Sociais e Trabalhistas

Obrigações Trabalhistas	2018	2017
Folha de Pagamento	228	0
Provisão de férias	540	539
Provisão de gratificação 1/3 de férias	180	180
Provisão de encargos sociais	266	275
Tributos retidos na fonte	105	88
Outros	10	10
Total	1.329	1.092

- Folha de Pagamento, saldo de salários provisionados no mês de competência e pagos no mês seguinte
- Provisões - refere-se a provisão de 1/12 avos sobre os salários dos empregados; de férias vencidas e/ou proporcionais, 1/3 de férias e dos encargos sociais.
- Tributos retidos na fonte – Imposto de renda retido na fonte (Irf) e encargos sociais retidos sobre a folha de pagamento mensal, recolhidos no mês seguinte.

7.13.4 - Encargos Setoriais

Encargos Setoriais	2018	2017
Taxa de fiscalização – ANEEL	10	10
Conta de desenvolvimento energético – CDE	384	685
Encargo de capacidade emergencial – ECE	44	44
Programa eficiência energética – PEE	5.788	4.919
Programa eficiência energética – Procel	92	42
Programa pesquisa e desenvolvimento – P&D	1.561	1.258
Programa pesquisa e desenvolvimento – Fndct	28	23
Programa pesquisa e desenvolvimento – Mme	14	11
Adicional bandeira vermelha	390	1.079
Total	8.311	8.071

- CDE – Conforme Liminar obtida judicialmente contra a Eletrobrás, permitindo a compensação entre os créditos a receber de Subsídios e os débitos a pagar da conta CDE. Estes valores foram depositados judicialmente até maio/2017. Quando a administração destes recursos, passaram a ser da CCEE, os pagamentos/recebimentos estão dia.

- PEE e P&D - A Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), mas ainda não aplicados nos Programas de Eficiência Energética – PEE e Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na taxa Selic, conforme as Resoluções Aneel n°. 300/2008 e 316/2008.

- Bandeiras Tarifárias - visam refletir por meio de uma sinalização de fácil assimilação pelos consumidores (analogia a um semáforo) os custos variáveis da geração de energia elétrica que, até antes de sua implementação, somente eram repassados às tarifas de energia nos reajustes tarifários ordinários das distribuidoras. Além de garantir a cobertura dos custos variáveis de energia às distribuidoras, o mecanismo tem um papel fundamental de sinalizar à população os custos reais de geração de energia elétrica proporcionando que esta possa promover alterações de hábitos voltados à realização de um consumo consciente de energia.

Saldo dos programas Pee e P&d	2018			2017		
	A aplicar	Em aplicação	Saldo Líquido	A aplicar	Em aplicação	Saldo Líquido
Pee	5.788	(517)	5.271	4.919	(517)	4.402
P&d	1.561	(92)	1.469	1.257	(92)	1.165
Fndtc	28	0	28	23	0	23
Mme	14	0	14	11	0	11
Procel	92	0	92	42	0	42
Total	7.483	(609)	6.874	6.252	(609)	5.643

7.13.5 Outras Obrigações

Outras obrigações	2018	2017
Seguradoras	0	6
Indenizações trabalhistas	68	98
Convênios arrecadação por conta terceiros	423	376
Consumidores	118	55
Cauções/Outras	11	6
Total	620	541

- Os convênios de arrecadação são instrumentos utilizados pela empresa para cobrança na conta do consumidor de contribuições a favor das conveniadas. O Item de maior volume refere-se a Contribuição para o Custeio da Iluminação Pública, instituída pela Emenda Constitucional 39/2002 destinada ao custeio do consumo e manutenção de energia elétrica da rede de iluminação pública.

- Consumidores, referem-se a valores a serem devolvidos aos consumidores nas próximas faturas, referentes a faturas pagas em duplicidade, multas regulatórias por violações de indicadores e danos elétricos.

7.13.6 - Empréstimos e Financiamentos:

Os empréstimos e financiamentos obtidos são reconhecidos pelo valor justo no recebimento dos recursos e passam a ser mensurados pelo custo amortizado, sendo acrescido de encargos, juros e variações monetárias e cambiais incorridos.

Composição dos saldos dos empréstimos e financiamentos:

Credor	Taxas	Prazo	Datas		31.12.18			31.12.17		
	%	meses	Início	Final	Circ	N.Circ	Total	Circ	N.Circ	Total
Eletrobrás (1)	5%aa+RGR	120m	10/01/07	28/02/19	0	0	0	2	0	2
Eletrobrás (2)	5%aa+RGR	120m	09/03/12	11/05/25	934	5.061	5.995	1.045	5.996	7.041
Badesul	4,9%aa+TJLP	48 m	14/11/06	15/05/23	874	2.928	3.802	874	3.759	4.633
Santander	7,70%aa+CDI	60 m	17/11/15	02/08/22	1.685	2.530	4.215	1.277	3.509	4.786
Banrisul-Finame	2,4%aa	60 m	04/02/15	10/07/20	38	13	51	39	58	97
Banrisul-Finame	2,4%aa	60 m	04/02/15	10/07/20	25	9	34	26	41	67
Banrisul LP	1,5%aa+CDI	48 m	03/05/16	10/07/20	75	44	119	68	103	171
Consumidores	6,00%aa+lgpm	06 m	28/10/16	28/01/18	0	0	0	34	0	34
Total					3.631	10.585	14.216	3.365	13.466	16.831

• Os empréstimos junto a Eletrobrás⁽¹⁾ foram obtidos para investimentos em Projetos de Eletrificação Rural – Luz para Todos, cfe. Decreto N° 4.873 de 11.11.2003.

• Os empréstimos junto a Eletrobrás⁽²⁾ e Badesul foram obtidos para investimentos em uma Linha de Transmissão – LT 69 kV TPRZ, com 46 km de extensão, 2 circuitos, 6 fases com estruturas metálicas, ligando a SE da Eletrosul em Tapera com a SE Carazinho I.

• Os empréstimos junto ao Banrisul/Finame foram obtidos para financiamento de aquisição de veículos/equipamentos informática.

• Os empréstimos junto ao Santander foram obtidos para financiamento de capital de giro a curto prazo.

• Os empréstimos junto a consumidores, por antecipação de aporte de recursos por parte de consumidores, para viabilização de empreendimento e atendimento de pedido para fornecimento de energia elétrica.

Os empréstimos e financiamentos contratados pela Eletrocar possuem covenants e garantias financeiras de recebíveis, cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar no vencimento antecipado dos contratos.

Vencimento das parcelas não circulantes dos empréstimos e financiamentos:

	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
Eletrobrás	934	934	934	934	935	390	5.061
Badesul	857	857	857	357	0	0	2.928
Santander	949	949	632	0	0	0	2.530
Banrisul	66	0	0	0	0	0	66
Total	2.806	2.740	2.423	1.291	935	390	10.585

7.13.7 – Provisões Passivas e Depósitos Judiciais:

A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais decorrentes do curso normal de suas atividades.

A Administração com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas e experiências em ações anteriores, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas.

Contingências	2018		2017	
	Provisão CP/LP	Dep. Judicial	Provisão CP/LP	Dep. Judicial
Trabalhistas	246	559	547	453
Cíveis	732	32	500	65
Outras	4.696	0	570	0
Total	5.674	591	1.617	518

• Contingências Trabalhistas - Estão relacionadas, em sua maioria, às reclamações movidas por empregados e ex-empregados da Companhia e de empresas prestadoras de serviços relativas a questões de responsabilidade subsidiária/solidária, horas extras, indenização por acidente de trabalho, verbas rescisórias e outras.

• Contingências Cíveis - Estão relacionadas a diversas ações cíveis movidas por pessoas físicas e jurídicas, relativas a questões de indenizações por danos materiais, danos morais e lucros cessantes, acidente e outras causadas por falhas no fornecimento ou com redes de energia de energia elétrica.

• Outras - A Empresa constituiu provisão para a cobrança em 2019 pela supridora de energia elétrica de valores apurado a título de penalidade de subcontratação dos montantes de energia elétrica do ano de 2018, definidos no Proret 11.1. A Empresa manifestou administrativamente sua inconformidade alegando que não se trata de aplicar a penalidade, mas sim em erro de faturamento a menor dos montantes faturados mensalmente, em função da saída da geração própria em março de 2018 para o mercado livre. O valor provisionado foi de R\$4.125.004,73.

• Contingências Regulatórias (não provisionadas) - A Companhia foi autuada pela Aneel em alguns processos administrativos que implicaram em multas pela transgressão de alguns itens da qualidade no atendimento de consumidores e outras matérias. A Companhia recorreu na esfera administrativa contra as penalidades impostas e aguarda julgamento, cuja possibilidade de perda é avaliada como possível em R\$650 mil.

A Companhia está sujeita leis de preservação ambiental e considera que a exposição aos riscos, não representam impactos relevantes no resultado de suas operações.

7.14 – Patrimônio Líquido

7.14.1 – Capital Social

O Capital Social da Companhia em 31/12/18 é de R\$10.431.597,00, representado por 1.598.333 ações nominativas e sem valor nominal, sendo: 1.576.274 ações ordinárias; 22.002 ações preferenciais classe A e 57 ações preferenciais classe B, conforme composição por classe e acionistas abaixo:

Composição Acionistas	Espécie	Nº Ações		Capital Social	
		2018	2017	R\$	%
Prefeitura M. de Carazinho	ON	1.514.361	1.442.100	9.464	94,7463
Roberto Neves Rodrigues	ON	15.400	15.400	81	0,9635
Prefeitura M. de Chapada	ON	34.041	34.041	180	2,1298
Prefeitura M. de Selbach	ON	12.386	12.386	65	0,7749
Prefeitura M. de Colorado	ON	86	86	1	0,0054
Diversos	PN	22.059	20.922	641	1,3801
Total		1.598.333	1.524.935	10.432	100,000

• O valor Patrimonial de cada ação em 31/12/18 é de R\$28,33 e R\$27,80 em 31/12/17

7.14.1.1 – Integralização do Capital Social

Em assembleia geral extraordinária ocorrida em 28 de junho de 2018, os acionistas aprovaram a realização de um aumento de capital social da companhia, no valor de R\$2.039.722,00, com base em proposta dos Administradores, mediante a incorporação ao capital social da conta de Reserva de Capital, com a emissão de novas ações, sendo 72.261 ações ordinárias e 1.137 ações preferenciais.

7.14.1.2 – Dividendos

O Estatuto Social da Companhia é assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido ajustado. Por força do contrato de concessão a distribuição de dividendos acima dos 25% fica vinculado ao cumprimento dos parâmetros mínimos estabelecidos.

A Lei Municipal nº 7985/15 autoriza o acionista majoritário, Município de Carazinho a reinvestir os dividendos mínimos obrigatórios, conforme preceitua o art. 202, §2º da Lei das S/A.

7.14.2 – Reserva de Capital

Constituída com base no cálculo da remuneração do capital próprio (JOA) sobre as imobilizações em curso.

Em 2017 foi constituída com recursos destinados a investimentos, oriundos do registro e legalização de área de terras no valor de R\$2.008.125,00, em contrapartida ao imobilizado, utilizada para aumento de capital social do acionista majoritário em 2018.

7.14.3 – Ajuste de Avaliação Patrimonial

Os ajustes de avaliação patrimonial foram constituídos de acordo com a Res. 396/10 da Aneel tendo como base o Laudo da Base de Remuneração Extraordinária-BRR de 31/05/2015 ajustado para 2016.

Avaliação	2018	2017
Valor novo de reposição	52.863	53.616
Depreciação	(22.172)	(21.767)
Obrigações especiais	(3.386)	(3.386)
Obrigações especiais – Depreciação	844	728
Total	28.149	29.191

7.14.4 – Reserva de Lucros

Reservas	2018	2017
Reserva legal	842	594
Reserva Especial – Dividendos não distribuídos	1.685	533
Outros	5.013	1.599
Total	7.540	2.726

• Reserva Especial – Dividendos não distribuídos, refere-se ao dividendo mínimo obrigatório (25%), a qual foi constituída com base no Art. 202, §4º da Lei das S/A, devido a situação financeira incompatível com a distribuição.

• Outros, refere-se ao saldo do lucro líquido do exercício a disposição da Assembleia Geral, a qual disporá para aumento do capital social.

7.15 – Efeitos Tributários no Resultado do Exercício

	2018	2017
Lucro/Prejuízo do Exercício	11.718	16.110
+ Provisões	30.475	26.418
+ Outras Adições	91	1.660
- Reversão de provisões	(29.660)	(25.671)
- Base Negativa	(3.415)	(5.555)
Base de cálculo IR	9.209	12.962
Imposto de Renda	2.282	3.216
(-) Compensações	(99)	(146)
Contribuição Social	829	1.167
Total Tributos a recolher	3.209	4.237

7.16 – Receita Operacional

7.16.1 - Receita faturada de energia elétrica por classe de consumo:

Classes	Nº Consumidores		MWh		Reais	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Fornecimento Faturado:						
Residencial	29.141	28.792	60.675	58.975	52.260	44.305
Industrial	154	168	41.230	40.302	18.754	16.133
Comercial	3.745	3.744	41.521	41.006	35.105	29.302
Rural	3.946	3.942	21.614	20.742	10.151	8.434
Poder público	398	372	4.125	3.647	3.301	2.538
Iluminação pública	9	9	9.296	9.213	4.019	3.479
Serviço público	24	24	4.988	5.019	3.122	2.599
Consumo próprio	5	5	208	216	0	0
Receita Faturada E. Elétrica	37.422	37.056	183.657	179.120	126.712	106.790
Demais receitas:						
Não faturado	-	-	-	-	124	555
Excedente reativos/ultrapassagem	-	-	-	-	(728)	(510)
Receita de construção	-	-	-	-	2.555	3.110
Subsídios tarifários	-	-	-	-	4.918	3.396
Receita de compensação tarifária	-	-	-	-	4.137	563
Outras receitas	-	-	-	-	2.139	21.148
Receita Operacional Bruta	-	-	-	-	139.857	135.052

7.16.2 - Receitas de fornecimento de energia elétrica são reconhecidas pelo faturamento mensal de acordo com o calendário de leitura.

Em 2018 as tarifas foram reajustadas na média em 17,80% e 10,88 em 2017.

7.16.3 - Receita não faturada, correspondente ao período não lido do fornecimento de energia elétrica é estimada e reconhecida como receita do mês em que a energia foi consumida.

7.16.4 - Excedentes de Reativos e Ultrapassagem de Demanda, conforme Res. 463 de 22/11/11 da Aneel, submódulo 2.7 – Outras Receitas, as receitas auferidas com a ultrapassagem de demanda e excedentes de reativos, deverão ser contabilizadas como Obrigações Especiais.

7.16.5 - Receita de Construção - O ICPC 01 estabelece que a concessionária de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos 17 – Contratos de Construção (serviços de construção e melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação/fornecimento de energia elétrica, mesmo quando regidos por um único contrato de concessão). A Concessionária contabiliza Receitas e Custos relativos a serviço de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica.

7.16.6 - Subsídios tarifários - Receita reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, incluindo subsídios de baixa renda, que são reembolsados pela Ccee.

7.16.7 – Receita de compensação tarifária - Os Ativos e Passivos Financeiros, incluído na conta de Compensação da Variação dos Custos da “Parcela A” – CVA, destinam-se a contabilização dos custos não gerenciáveis, assim definidos pela Aneel, e ainda não repassados às tarifas de fornecimento de energia elétrica.

7.17 – Outras Receitas

Receitas	2018	2017
Renda da prestação de serviços	415	404
Serviço taxado	456	333
Aluguéis	788	753
Arrecadação de convênios	280	236
Lucro na alienação/desativação	56	19.388
Outras	144	34
Total	2.139	21.148

7.18 – Deduções a Receita Operacional

7.18.1 - Encargos Setoriais

Encargos do consumidor	2018	2017
Taxa de fiscalização	120	127
Conta de desenvolvimento energético – CDE	11.222	8.437
Bandeiras Tarifárias	3.834	3.382
Programa de eficiência energética	350	304
Programa de pesquisa e desenvolvimento	375	304
Total	15.901	12.554

7.18.1.1 - Bandeiras Tarifárias

Conforme o Decreto nº 8.401, de 4 de fevereiro de 2015, foi criada a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias - CCRBT, destinada a administrar os recursos decorrentes da aplicação das bandeiras tarifárias instituídas pela Aneel, a Agência Nacional Reguladora de Energia Elétrica, que lançou o Sistema de Bandeiras Tarifárias com vigência a partir de 1º de janeiro de 2015 para as Concessionárias, com a finalidade de sinalizar aos consumidores as condições de geração de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional – SIN, por meio da cobrança de valor adicional à Tarifa de Energia. O sistema de Bandeiras Tarifárias possui três faixas i) Bandeira Verde, o que significa condições favoráveis de geração de energia e o consumidor não possui cobrança adicional pela utilização da energia; (ii) Bandeira Amarela a qual representa condições menos favoráveis e um adicional na cobrança na utilização de energia e a (iii) Bandeira Vermelha que sinaliza condições desfavoráveis e custosas para a geração, com um acréscimo maior no faturamento.

7.18.1.2 – Programa de Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento - PEE e P&D

PEE e P&D - A Companhia reconhece passivos relacionados a valores faturados em tarifas, referentes a 1% da Receita Operacional Líquida, conforme as Resoluções Aneel nº. 300/2008 e 316/2008.

7.18.2 - Impostos

Impostos	2018	2017
Icms	32.606	27.364
Cofins	10.038	8.620
Pis/pasep	2.179	1.872
Iss	38	43
Total	44.861	37.899
Total das deduções	60.762	50.453

• As alíquotas de Icms aplicadas pelo estado RS são:

- Residencial até 50 Kwh	-	12%	- Residencial acima 50 kwh-	30%	
- Industrial	-	18%	- Comercial	-	30%
- Rural até 100 kwh	-	Isento	- Rural acima 100 Kwh	-	12%
- Poder Público	-	30%	- Iluminação Pública	-	20%
- Serviço Público	-	30%			

• As alíquotas de Pis/Cofins aplicadas, regime não cumulativo, são: Pis: 1,65% e Cofins: 7,60% para as receitas operacionais; para as receitas financeiras são de 0,65% e 4% respectivamente. As alíquotas de Iss são de 3%.

7.19 – Energia Elétrica Comprada para Revenda

Custos com Energia	Em Mwh		Em R\$	
	2018	2017	2018	2017
Energia comprada	161.408	172.375	38.893	33.815
Encargos de uso da rede	-	-	6.795	4.221
Microgeração	-	-	355	66
Proinfa	-	-	1.474	1.314
Custo de construção	-	-	2.555	3.110
(-) Créditos pis/cofins	-	-	(4.361)	(3.621)
Custo total	161.408	172.375	45.711	38.905

7.20 – Custos operacionais totais

7.20.1 - Despesas por Natureza de Gastos

Natureza	2018	2017
Pessoal – empregados	11.245	12.613
Administradores	1.028	926
Material	802	734
Serviço de terceiros	1.943	2.480
Custo com energia comprada	43.156	35.795
Custo de construção infraestrutura	2.555	3.110
Aluguéis	54	58
Seguros	44	46
Depreciação/amortização	1.771	1.979
Impostos e taxas	85	96
(-) Recuperação de despesas	(564)	(161)
Outras despesas	2.718	2.143
Provisões/reversões	4.550	747
Contribuições e doações	91	120
Baixa bens ativo	281	2.327
Outras	0	152
Total	69.759	63.165

7.21 – Resultado Financeiro

7.21.1 – Receitas e Despesas Financeiras

Receitas	2018	2017
Rendimentos de aplicações financeiras	137	329
Acréscimos moratórios contas energia	1.511	1.237
Juros de títulos a receber	5	0
Atualizações	235	290
Outras	114	85
(-) Tributos	(93)	(82)
Total	1.909	1.853
Despesas		
Encargos de dívidas	1.955	2.680
Juros bancários/lof	1.158	2.324
Juros e multas	32	23
Multas	0	1.874
Outras	118	276
Total	3.263	7.177
Resultado	(1.354)	5.324

7.22 – Seguros

A Companhia mantém cobertura securitária da frota de veículos, garantindo a terceiros cobertura de danos pessoais e matérias, suficientes para cobrir eventuais perdas, considerando a natureza e o grau de risco dos ativos e responsabilidades.

Bens Segurados	Vigência		Vlr. segurado
Veículos	2018	2019	Tabela Fipe

7.23 – Participação de Resultados

Consta em cláusula de dissídio coletivo, porém ainda não foi implantado o programa de participação dos empregados nos resultados da empresa.

7.24 – Instrumentos Financeiros

Os valores estimados de mercado e os instrumentos financeiros dos Ativos e Passivos da Companhia em 31/12/18 e 31/12/2017 não se apresentam diferentes daqueles reconhecidos nas Demonstrações Contábeis. A Companhia não atua no mercado de derivativos nem tem instrumentos financeiros que estejam registrados no exercício.

7.25 – Alíquotas Pis/Cofins

Até junho de 2005 as alíquotas de Pis e Cofins eram incluídas no cálculo da tarifa de forma cumulativa, reconhecendo as diferenças pagas a maior em ativo regulatório. A partir da tarifa de 29 de junho de 2005 a apuração passou a ser de forma não cumulativa calculada pela empresa e cobrado diretamente do consumidor pela alíquota efetiva.

7.26 – Transações com Partes Relacionadas

Quanto às transações entre partes relacionadas, as transações de compra e venda de energia e de prestação de serviços são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados. As mesmas são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

7.27 – Remuneração dos Administradores

A remuneração dos Administradores é fixada pela Assembleia Geral.

7.28 – Plano de Previdência e Outros Benefícios aos Empregados

A empresa não possui plano de complementação de aposentadoria. A empresa concede benefícios aos seus empregados tais como: vale alimentação, vale transporte, auxílio creche, seguro de vida, incentivo educacional, auxílio acidente trabalho.

7.29 – Questões Ambientais

A Eletrocar vem tentando minimizar ao máximo as consequências do impacto produzido no meio ambiente, executando com bastante cautela os cortes e/ou poda de árvores na implantação e manutenção das redes de distribuição urbanas e rurais.

7.30 – Revisão Tarifária Periódica – RTP

A revisão Tarifária Periódica ocorre a cada cinco (5) anos e tem por objetivo restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. Neste processo, previsto no contrato de concessão, a Aneel procede o recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade tarifária. A próxima data-base da revisão da Companhia é em julho de 2022

7.31 – Análise Econômico-Financeira - (valores em R\$ mil)

Destacamos abaixo alguns dos resultados econômico-financeiros da Eletrocar no término do exercício 2018:

Receita Operacional Bruta Anual: A receita operacional foi de R\$139.857 sendo 3,56% superior a 2017 que foi de R\$135.052. A receita de Fornecimento de Energia Elétrica foi de R\$126.712 contra R\$106.790 em 2017, sendo 18,66% superior a 2017.

Icms s/Faturamento Energia Elétrica: O Icms faturado foi de R\$32.606 em 2018 e de R\$27.364 em 2017, sendo 19,16% superior a 2017.

Demais impostos: Pis, Cofins e Iss somaram o valor de R\$12.254 em 2018 e R\$10.535 em 2017, tendo um aumento de 16,32%.

Encargos Setoriais: Os encargos setoriais foram de R\$15.901 em 2018 e R\$12.554 em 2017 tendo um aumento de 26,66%.

Despesas com Pessoal e Administradores: As despesas com pessoal em 2018 foram de R\$12.273 e em 2017 foi de R\$13.539 tendo uma redução de 9,35%.

Custos com Energia Elétrica: Os custos com energia elétrica foram de R\$43.156 em 2018 e R\$35.795 em 2017, tendo um aumento de 20,57%.

A compra de energia para revenda foi de R\$39.248 em 2018 e de R\$33.881 em 2017, tendo uma variação de 15,84%.

O Proinfra teve um aumento de 12,18% sendo de R\$1.474 em 2018 e R\$1.314 em 2017.

Os Encargos de Uso do Sistema e Conexão foram de R\$6.795 em 2018 e R\$4.221 em 2017, tendo uma variação de 61%.

Material e Serviço de Terceiro: As despesas foram de R\$2.746 em 2018 e de R\$3.214 em 2017, tendo uma redução de 14,57%.

Provisões: As provisões para prováveis perdas foram de R\$4.550 em 2018 para R\$747 em 2017 tendo uma variação de 509,14%.

Demais Despesas Operacionais: As demais despesas operacionais, exceto depreciações e provisões, foram de R\$2.707 em 2018 e R\$4.781 em 2017, tendo uma redução de 43,37%.

Receita Financeira: As receitas financeiras atingiram o valor de R\$1.909 em 2018 e R\$1.853 em 2017 tendo uma variação de 3,03%.

Despesas Financeiras: As despesas financeiras foram de R\$3.263 em 2018 e R\$7.177 em 2017, tendo uma redução de 54,53%.

Lucro Ajustado para Dividendo: Em 2018 foi de R\$8.155 e em 2017 de R\$2.132.

Lucro Operacional da Atividade: O lucro operacional da atividade foi de R\$13.072 em 2018 e de R\$21.434 em 2017, tendo uma redução de 39,01%.

Capital Circulante Líquido: O Capital Circulante Líquido foi de R\$(2.889) em 2017 e R\$(896) em 2017.

Lucro Bruto do Exercício: O lucro bruto do exercício foi de R\$7.983 e em 2017 foi de R\$16.110.

Lucro Líquido do Exercício: O lucro líquido do exercício foi de R\$4.971 em 2018 e em 2017 é de R\$11.873.

EBITDA: Lucro da atividade excluía as depreciações, em 2018 foi de R\$11.108 e em 2017 de R\$23.413.

Lucro líquido, geração de caixa e dividendos	2018	2017
+ Lucro líquido	4.971	11.873
+ I. Renda e C.Social	3.012	4.237
+ Resultado Financeiro	1.354	5.324
+ Depreciação/Amortização	1.771	1.979
= Geração de Caixa (Ebitda)	11.108	23.413

A seguir apresentamos alguns indicadores da empresa:

Coeficiente	Formula		2018	2017
Liquidez Imediata	$\frac{\text{Disponível}}{\text{Passivo Circulante}}$	%	0,11	0,13
Liquidez Corrente	$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$	%	0,87	0,97
Liquidez Geral	$\frac{\text{A.Circ.}+\text{Realiz L/P}}{\text{P.Circ.}+\text{Exig. L/P}}$	%	0,55	0,47
Endividamento total	$\frac{\text{Exigibilidades Total}}{\text{Ativo Total}}$	%	0,56	0,58
Retorno do Capital	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}}$	%	0,11	0,28
Razão Operacional	$\frac{\text{Despesa Operacional}}{\text{Receita Líquida}}$	%	0,88	0,75
Capital Fixo Aplicado	$\frac{\text{Ativo Permanente}}{\text{Ativo Total}}$	%	0,69	0,73
Despesa Pessoal x Receita Líquida	$\frac{\text{Despesa Pessoal}}{\text{Receita Líquida}}$	%	0,16	0,16
Energia Comprada x Receita Líquida	$\frac{\text{Compra Energia}}{\text{Receita Líquida}}$	%	0,58	0,46
Ebitda	Lucro Exercício + Depreciação	R\$	11.108	23.413

7.32 – Governança

O Plano de Negócios da Eletrocar levou em consideração a estratégia pela sobrevivência, como forma de enfrentamento da crise financeira da companhia, sendo que vem sendo tomadas medidas concretas no sentido de manter a saúde financeira da companhia, bem como a tomada de decisões pautadas pela eficiência/eficácia/economicidade e desburocratização nos atos administrativos. Estes itens, no que envolve a Carta Anual da Governança, passam a ser acompanhados pelos indicadores de sustentabilidade.

Com relação à estrutura societária da companhia, não estão previstas alterações na composição societária.

7.33 – Plano de recuperação e eventos subsequentes

7.33.1 - Venda de Ativo: Está em estudo a venda de ativos de redes de distribuição de energia dos municípios de Colorado e Selbach, visando uma melhor logística de atendimento aos demais consumidores. Em 2019 será contratado estudo e valuation para ver a viabilidade financeira e técnica e impacto do valor de negócio.

7.33.2 – Exclusão do Icms da base de cálculo do Pis e Confins: Pelo processo 5000174-80.2012.4.04.7104, temos a expectativa de ainda em 2019 seja julgado em definitivo. A expectativa de restituição do crédito para compensação é de aproximadamente trinta milhões de reais.

7.33.3 – Aporte de Capital: Conforme previsto na cláusula 7ª, subcláusula 1ª, III e cláusula 4ª do Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nº 084/2000-Aneel, havendo necessidade, o sócio Controlador deverá aportar recursos sob forma de integralização do Capital Social, em Caixa ou Equivalentes de Caixa, na totalidade da insuficiência que ocorrer para o alcance do Parâmetro Mínimo de Sustentabilidade Econômica e Financeira da Concessionária.

7.33.4 – Icms: A Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul passou a exigir a cobrança do Icms sobre os valores de repasses da subvenção econômica concedidas a algumas classes de consumidores na tarifa de energia elétrica e recebidas pela empresa via CDE, retroativamente aos últimos cinco anos, emitindo um auto de lançamento em 21 de dezembro de 2018, no valor de R\$2.276.189,16, sendo R\$1.224.322,94 de principal, R\$734.593,53 de multa e R\$317.272,69 de juros, calculados mensalmente.

Por orientação da Aneel, e pareceres da PGF/AGU/ANEEL a empresa apresentou defesa e contestação da cobrança na esfera administrativa, junto a Fazenda Estadual, estando nesta data em análise.

Também conforme orientação da Aneel, caso a empresa perca essa decisão, esse ônus deverá ser repassado ao respectivo consumidor diretamente afetado. A empresa não fez provisão para perdas, uma vez que o ônus será repassado ao consumidor final.

7.33.5 – Provisões: A Empresa constituiu provisão para a cobrança em 2019 pela supridora de energia elétrica de valores apurado a título de penalidade de subcontratação dos montantes de energia elétrica do ano de 2018, definidos no Proret 11.1. A Empresa manifestou administrativamente sua inconformidade alegando que não se trata de aplicar a penalidade, mas sim em erro de faturamento a menor dos montantes faturados mensalmente, em função da saída da geração própria em março de 2018 para o mercado livre. O valor provisionado foi de R\$4.125.004,73.

7.33.6 – Compra de energia: A partir de julho de 2019 a empresa começará a comprar energia elétrica no mercado livre junto a CCEE, de aproximadamente 92% do mercado próprio, conforme chamada publica 018/02 de 19/04/18.

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, discutiram e revisaram todas as informações contidas nas Demonstrações Contábeis da Companhia, bem como, concordam com a opinião dos auditores independentes da Companhia, referenciadas no Relatório dos Auditores Independentes a seguir apresentado.

Carazinho/RS


CLAUDIO JOEL DE QUADROS
Presidente
CPF 253.388.540-15


RUI LUIZ TOSO
Contador CRC/RS 40.629
CPF: 273.968.430.49


JONAS LAMPERT
Diretor Adm/Financeiro
CPF 948.755.290-15

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Diretores e aos Acionistas da
CENTRAIS ELÉTRICAS DE CARAZINHO S/A - ELETROCAR
Carazinho - RS

Opinião com Ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da **CENTRAIS ELÉTRICAS DE CARAZINHO S/A - ELETROCAR**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto tratado na seção abaixo intitulada "Base para Opinião com Ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **CENTRAIS ELÉTRICAS DE CARAZINHO S/A - ELETROCAR** em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião com Ressalva

- Ativos Intangíveis – Impairment

A administração da **ELETROCAR** não submeteu os bens do Ativo Intangível ao teste de recuperabilidade, Impairment, conforme requer a NBC TG 01 (R4) – Valor Recuperável de Ativos e NBC TG 27 (R4) – Imobilizado, não nos sendo possível estimar os efeitos sobre o patrimônio e resultado, caso esse procedimentos tivesse sido aplicado.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à **ELETROCAR**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.



Outros Assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração da ELETROCAR, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da ELETROCAR. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da ELETROCAR é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a ELETROCAR continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a ELETROCAR ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da ELETROCAR são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

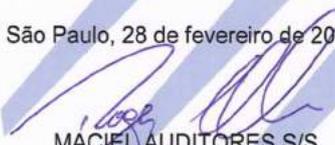
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como, obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da ELETROCAR;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;



- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da ELETROCAR. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a ELETROCAR a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2019.


MACIEL AUDITORES S/S
2CRC RS/5.460/O-0 – T - SP
ROGER MACIEL DE OLIVEIRA
1CRC RS – 71.505/O-3 – T - SP
Sócio Responsável Técnico

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas:

Os membros efetivos do Conselho Fiscal da Centrais Elétricas de Carazinho S/A – Eletrocar, dando cumprimento as disposições legais e estatutárias examinaram as Demonstrações Contábeis, compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício e Demais Demonstrativos Contábeis bem como as Notas Explicativas e com base nos pareceres dos Auditores Independentes, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, são de parecer que os mesmos refletem com propriedade a situação patrimonial e financeira da Companhia, bem como o resultado de suas operações, estando assim, tais documentos, em condições de serem submetidos à apreciação e conseqüente aprovação pelos Senhores Acionistas na Assembleia Geral.

Carazinho/RS 29 de março de 2019


 JOSÉ MAURÍCIO DE SOUZA LEAL
 Conselheiro
 CPF 307.735.800-00


 ELOI FRANCISCO SOLIMAN
 Conselheiro
 CPF 198.564.820-20


 ANDRÉ EVONIR BRUM
 Conselheiro
 CPF 604.951.380-53

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os membros do Conselho de Administração da Eletrocar, eleitos em 29.06.18, no uso e nos limites das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado o Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis, os esclarecimentos da Diretoria Executiva, os Relatórios da Auditoria Interna, o Relatório dos Auditores Independentes, o Relatório do Comitê de Auditoria Estatutário, e o Parecer do Conselho Fiscal, deliberam favoravelmente sobre as Demonstrações Contábeis referente ao exercício encerrado em **31 de dezembro de 2018**, e as submetem para deliberação final dos Acionistas em Assembleia Geral da Companhia.

Carazinho/RS, 15 de abril de 2019

TIAGO DIAS DE MEIRA
 Presidente
 CPF 932.414.100-72

LISIANE BUENO MAIDANA
 Vice-Presidente
 CPF 716.755.310-72

LEANDRO GARCIA DA SILVA
 Conselheiro
 CPF 946.775.490-87

JAIME LUIS KIPER DA ROSA
 Conselheiro
 CPF 347.380.370-72

MARLON AUGUSTO ALLEBRANDT
 Conselheiro
 CPF 015.079.410-05

CIBELE TAISE LIMA
 Conselheira
 CPF 010.129.700-94

Aprovado e assinado em Ata nº 05/2019 de 15 de abril de 2019